

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## **O ESTADO IMPERIAL EM CONSTRUÇÃO: Manoel de Sousa Martins e a Política imperial no Piauí, 1823-1826**

Francisco de Assis Oliveira Silva  
Universidade Federal do Piauí-UFPI  
ihs.francisco@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O processo que culminou com a formação e consolidação do Estado imperial brasileiro na primeira metade do século XIX, teve ao longo de sua estruturação o apoio de inúmeros membros das elites política nas Províncias. No Piauí um dos mais afetos a causa imperial pós independência fora Manuel de Sousa Martins.

Manuel de Sousa Martins, depois Barão e Visconde da Parnaíba, fora um membro da elite política na província do Piauí que estivera presente na vida administrativa do território por muitos anos. Nasceu no Piauí em 1767, na fazenda de nome Serra Vermelha, na época pertencente a Oeiras, esta doada a seus pais por seu avô materno. Esse ponto, presenciamos um fato interessante na constituição da elite colonial e posteriormente provincial do Piauí e de outras Províncias no Norte; As famílias de Elite.

Tema abordado pela Professora Tânia Brandão em sua obra, *A Elite Colonial Piauiense: Família e Poder, de 1995*, é de suma importância para compreendermos como se dá a constituição das elites locais. No período colonial a falta de efetividade da máquina administrativa nas Capitânicas fez com que as elites que se formara nesse período, “o grupo social branco mantivesse seu caráter elitista durante a fase colonial recorrendo a alianças interfamiliares, fundamentadas no casamento” (BRANDÃO, 1995).

Aqui podemos analisar a construção e composição da elite piauiense, com um grupo durando muito tempo à frente do poder político e econômico da Capitania e posteriormente a Província. Nesse contexto, a criação de vilas designado pelo poder reinol, constituiu-se como mecanismo de centralização do poder político, uma região cuja característica era de dispersão populacional e domínio do poder local. Nessa conjuntura, o poder político na região contava com pessoas da elite que engajaram-se na administração pública, exercendo controle sobre os mecanismos administrativos em defesa de seus interesses, muitos deles conflitantes com as intenções do poder metropolitano.

Nessa conjuntura, podemos compreender que as intenções dos potentados do Piauí ainda colonial, era manter as rédeas do poder local, mesmo a Coroa Portuguesa enviando

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

representantes para as localidades os mesmos precisavam aliar o pensamento metropolitano com as ideias locais, uma vez que a dispersão territorial fora um fator marcante tanto no período colonial quanto na primeira metade do século XIX, quando o Estado imperial firmava as estruturas e bases dominantes. Mesmo o Estado metropolitano em conflito com o interesse local, algumas medidas no âmbito colonial foram adotadas afim de mostrar que o poder da metrópole se fazia presente nas localidades da Colônia. Como fora o fato da criação de vilas no Piauí do século XVIII.

## ESTRUTURA DO PODER LOCAL

A função política das vilas do Piauí tinha caráter doméstico e o governo local era, como em outras vilas e cidades coloniais na América Portuguesa, ‘o único a se fazer sentir como forma de Estado’. Algo não muito distante das demais localidades. Isto exposto, ainda que de forma sucinta, nos mostra como o Estado que nascera no Brasil com a proclamação da independência em 1822 estivera cheio de arestas a aparar.

Muitas delas diziam respeito à formação das elites locais e como as mesmas constituíram-se como administradoras de suas regiões. Durante o debate em torno do modelo político que o novo Estado deveria ter, a monarquia constitucional fora a vencedora. Segundo José Murilo de Carvalho, (1998)

A solução monárquica não foi usurpada da soberania nacional, como argumentariam mais tarde os republicanos. Ela foi uma opção consciente da elite brasileira da época, à qual não faltou apoio popular. D. Pedro foi usado como instrumento do objetivo dessa elite, que era a unidade do País por intermédio da monarquia constitucional. A monarquia, acreditava-se, seria a única maneira de evitar a fragmentação do País e as guerras que assolavam os vizinhos, de evitar, portanto, também os riscos à ordem social escravocrata (CARVALHO, 1998, p. 1162)

Nesse ponto específico, um dos principais objetivos durante a formação desse novo Estado, era a manutenção da unidade territorial e da tranquilidade nas Províncias. Para isso era necessário que membros das elites provinciais estivessem de acordo com as ideias vindas do governo Central. Ou seja, era necessário que homens de poder administrativo, político e econômico estivessem voltados ao que o governo central chamava de “*A causa do Brasil*”, em suas correspondências.

Na província do Piauí esse personagem fora o brigadeiro Manuel de Sousa Martins. Durante a criação do Estado imperial brasileiro, uma das primeiras missões desse estado

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nascente era forjar o sentimento de pertencimento a uma nação. No entanto, a dificuldade de interação entre as Províncias fizera com que a ideia de pertencimento e nacionalismo, fosse aspecto construído em meados do século XIX, tendo em vista que era mais usual um habitante se reconhecer como habitante de sua Província do que do Brasil. Aspectos vistos desde o período colonial onde as regiões tinham ainda mais dificuldades de comunicação.

As capitanias (posteriormente as Províncias) não apenas eram dispersas entre si, mas podemos mesmo afirmar que existiam distintos projetos de nação, o que se refletiu no surgimento de rebeliões, particularmente no Norte do Brasil. Desse modo, o Estado imperial brasileiro tinha como um dos objetivos iniciais unificar as províncias, missão hercúlea diante da dimensão territorial do país. Manter a unidade territorial, porém era um dos principais objetivos a ser atingido por D. Pedro I e as elites políticas do centro-sul capitaneadas pelo Rio de Janeiro.

Na Província do Piauí a estrutura do poder local fora decisiva para os rumos que o território tomaria em relação a formação e consolidação do Estado imperial brasileiro. Uma vez que a ideia de separação até 1821 não era algo de conhecimento e debate entre as elites do Piauí, o que estivera em jogo naquele momento fora os anseios locais e individuais que acirraram os ânimos dos potentados locais, como analisa Nunes;

As manifestações de maio, setembro e outubro de 1821 eram em verdade manifestações políticas, porém de caráter e objetivos estritamente regionais. Estavam em jogo antes de tudo, senão exclusivamente, interesses individuais ou de famílias, a colimar quando muito estabelecer domínio de ordem oligárquica. Ninguém falava em Pátria. A Revolução de 1817 não teve nenhuma ressonância favorável no Piauí. Havia conformismo sob o ponto de vista político no amplo sentido da palavra (NUNES, 2007, p. 30-31).

Como observa o autor, mesmo após os acontecimentos em 1817 em Pernambuco, que tiveram reflexo no Piauí, a disputa entre as elites locais era para firmar-se no poder e garantir assim, que seu grupo familiar fosse detentor da máquina administrativa, que conseqüentemente era influenciada pelo poder econômico das elites locais.

A criação de gado fora uma das principais atividades econômicas dentro da capitania do Piauí. De caráter subsidiário, a estrutura da pecuária no Piauí ajudara a construir e forjar a elite política local.

Como afirma Tanya Brandão (1995), mesmo não tendo o padrão de rentabilidade econômica presente em outros setores da economia colonial, a pecuária foi de fundamental importância para a ocupação de extensos territórios no interior da colônia. A autora observa

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

que “A forma como se processou a penetração deste setor da economia colonial garantiu o caráter patrimonialista e mercantilista da colonização portuguesa no sertão” (BRANDÃO, 1995, p. 37).

Esse aspecto demonstra que a pecuária foi de fundamental importância para forjar a elite colonial no Piauí e, conseqüentemente, as estruturas de poder na província, as quais permitiram que os detentores de grandes propriedades de terra, gado e escravos assumissem o poder como potentados locais.

A formação da sociedade e grupos de poder no Piauí na análise de Brandão põe em evidência a participação local na máquina burocrática governamental. Nesse sentido, havia ainda a preocupação dos governadores e demais autoridades locais em fazer com que a população se moldasse à ordem política da colônia. Uma forma de fazer presente a administração da Coroa. Ainda no âmbito das relações entre a administração colonial e o poder local, podemos observar características que impactarão as questões políticas e os arranjos institucionais que se farão presentes no momento de ruptura com Portugal.

Uma delas respeito à relação entre os potentados locais e as autoridades metropolitanas enviadas ao Piauí. Essa relação nem sempre era harmoniosa, havia significativas divergências entre os governadores do Piauí Colônia e os potentados locais. Alguns desses potentados apresentavam-se como inimigos dos governadores da Capitania. Nesse contexto, Brandão observa que “o embate entre as forças políticas locais e os governadores do Piauí gerou impasses administrativos, caracterizando o dualismo do poder em nível de Estado e sociedade civil” (BRANDÃO, 1995, p. 83).

Esse ponto ajuda a entender que mesmo a metrópole se fazendo presente na Capitania, posteriormente Província, os grupos de família de elite local faziam com que de alguma forma seus interesses locais lograsse êxito frente os interesses da Coroa, fato que ocasionara desavenças entre governadores enviados ao Piauí e as elites locais. A estrutura de poder no território do Piauí antes da proclamação da independência baseava-se no modo como o poder local estivera distribuído entre as famílias elitistas descendentes dos primeiros habitantes da região.

Os descendentes desses primeiros colonizadores acumularam riquezas que eram contabilizadas em vastas propriedades de terra, escravos e gado. O poderio econômico, somado ao prestígio das patentes militares e aos cargos administrativos que exerciam nas estruturas de poder coloniais, na capitania, davam lastro ao prestígio social que fundamentava o poder de

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

figuras, como Manuel de Sousa Martins, que se envolveu nas articulações para a adesão do Piauí ao processo de independência (SOUZA NETO, 2013, p. 23).

Antes do Piauí aderir a emancipação política do Brasil, os debates em torno da estrutura de poder na Província acirraram ainda mais no momento em que alguns membros da elite local disputavam cargo na máquina administrativa do território, o que lhes daria ainda mais força política para atuar de forma sistemática em prol da causa que lhes era favorável.

Essa questão, no pós independência seria definida nos arranjos institucionais e políticos que se construiriam entre o Governo central e as províncias, definindo o grau de autonomia ou de dependência entre as duas partes. Assim, até mesmo o acordo de reconhecimento português da emancipação política do Brasil, assinado por D. João VI, serviria como forma de legitimação do poder político do Estado Imperial brasileiro, sediado no Rio de Janeiro e liderado por D. Pedro I, pois nele estava expresso que a legitimidade da autonomia política do Brasil estava reconhecida pelo rei de Portugal, que passava a soberania sobre todo o território luso-americano, a seu filho, D. Pedro, que receberia o título de imperador do novo país.

Segundo Dolhnikoff, a história da construção do Estado imperial brasileiro, por toda a primeira metade do século XIX, foi marcada pela tensão entre as ideias de unidade e autonomia provincial (DOLHNIKOFF, 2005, p. 11). Essa tensão não começa em 1822, com o simbólico Sete de Setembro, mas pode ser percebida, desde as rebeliões do final do período colonial, perpassando revoltas como a de 1817 em Pernambuco.

Elas expressavam os interesses das elites regionais em aderir ou não a um projeto político de construção de uma nação capitaneada pelo Rio de Janeiro, ou buscar outras formas de construção nacional e adesão à ideia de independência e de nação.

Nessa conjuntura, é preciso analisar as elites políticas na província do Piauí e a forma como essas elites aderiram ao projeto de nação encabeçado por D. Pedro, contribuindo, dessa maneira, para a consolidação do projeto político da Corte e, conseqüentemente abrindo o leque de desavenças, não somente entre os grupos locais, mas em relação às demais províncias nortistas.

Os diversos decretos que chegavam ao Piauí vindos do governo central no Rio de Janeiro permitem compreender como as elites à frente do governo local articulavam-se no poder respeitando as ordens do monarca, ao tempo em que as diversas nomeações ocorridas na província e os pedidos feitos ao governo central objetivam garantir a manutenção dos grupos de famílias de elite no poder.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

No Piauí, algumas famílias da elite, que se constituíram ainda nas guerras de conquista aos silvícolas e na estruturação das atividades econômicas locais, dividiam com os administradores coloniais, enviados pela Coroa portuguesa, o poder político local. No momento da ruptura política com a antiga metrópole, havia dois grupos políticos locais que disputavam o espaço de poder local: as elites do norte da província, e as elites do centro-sul, chefiadas por famílias sediadas em Oeiras.

Como os governadores nomeados para o Piauí, muitas vezes, sofreram rejeição dos potentados locais, isso acabou por levar a Coroa Portuguesa, no final do período colonial, a organizar juntas de governo, formadas por potentados locais e por funcionários da Coroa. A Junta de Governo de 1821, por exemplo, tinha os seguintes nomes da elite piauiense como membros: presidente, Francisco Zuzarte Mendes Barreto; vice-presidente, o brigadeiro Manuel de Sousa Martins; Francisco de Sousa Mendes como secretário, dentre outros (COSTA, 2010, p. 69). A primeira junta que Manuel de Sousa Martins participara na Província do Piauí.

Nessa conjuntura, à relação das capitanias entre si, segundo alguns historiadores, não havia sentimento de unidade entre as capitanias que formavam a colônia portuguesa na América. Se durante muito tempo, já havia uma distinção entre norte e sul, pois Portugal havia dividido a colônia em duas áreas, o Brasil e o Grão-Pará e Maranhão, dentro dessa divisão formal, já instituída pela própria Coroa Portuguesa, havia ainda outras divisões internas que levavam algumas capitanias a se dirigirem diretamente a Lisboa, ignorando, assim, a intermediação do Rio de Janeiro.

A falta de sentimento de unidade no território brasileiro será um dos fatores fundamentais para se entender as formas políticas nas províncias, uma vez que elas pareciam se aproximar mais dos interesses e ideais particulares de cada local do que da ideia de um território único e coeso. Como analisa José Murilo de Carvalho, a falta de unidade na América Portuguesa era perceptível pela pouca efetividade do poder central.

O processo histórico do Piauí no período colonial acabou por forjar uma elite dominante que procurou se aproximar das estruturas do governo colonial na capitania e, depois do processo de emancipação política, procurou se apropriar do governo da província. Com esse intuito, dois grupos principais articularam-se para tentar manter sua influência sobre o governo no período colonial e assumir de fato as rédeas da governança local.

O primeiro era o grupo do Norte, liderado por Dr. João Cândido de Deus e Silva e por Simplício Dias da Silva, ambos grandes proprietários de terras, comerciantes estabelecidos no

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Norte da província e detentores de cargos administrativos. O outro grupo era o do Centro-Sul, tendo seu epicentro nas elites políticas de Oeiras, e que, no decorrer do processo histórico, passou a ser comandado por Manuel de Sousa Martins, que fizera todo o possível para ascender a cargos no governo local, ainda no período colonial. Sousa Martins usará desses espaços e dessa influência política para impulsionar a adesão do Piauí ao projeto de emancipação política capitaneada por D. Pedro I.

## **CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL**

A formação do Estado imperial brasileiro durante a primeira metade do século XIX contou em sua estrutura e base, com o apoio de homens afetos ao que alguns membros da elite fluminense costumavam chamar a causa do Brasil. Na Província do Piauí não fora diferente, e alguns potentados locais movimentaram-se em torno desse ideal. A dispersão não era algo que deveria vir com o novo Estado em consolidação. Nesse contexto, fora preciso garantir a estrutura territorial afim de que a unidade vencesse a dispersão.

Nesse aspecto vemos que a formação do Estado imperial brasileiro teve em seu contexto a contribuição dos “agentes imperiais”, que nas províncias eram os olhos, a boca e os ouvidos do imperador”. Manuel de Sousa Martins fora no Piauí esse agente. Não só fizera parte daqueles que eram favoráveis a emancipação política como contribuíra ao longo da primeira metade do século XIX para que o Estado imperial lograsse êxito na Província.

Diante das questões apresentadas, analisamos que a formação do Estado imperial brasileiro decorreu da forma como o governo central, sediado no Rio de Janeiro, relacionou-se com as estruturas de poder nas províncias e como esses grupos pensavam sua aliança e adesão à Corte, no Rio de Janeiro. Esses grupos adotaram postura pragmática e, diante da inevitabilidade do processo de ruptura, buscaram a necessária aproximação com as elites imperiais emergentes, com o intuito de assegurar para si os benefícios políticos que viriam com os decretos e nomeações nas províncias, que, emanados do Rio de Janeiro, tinham como fim garantir a ordem e a unidade territorial no império recém-estabelecido.

Algumas atitudes foram tomadas por alguns membros da elite das Províncias afim de que o Estado fosse mantido segundo as ideias do governo central no Rio de Janeiro. As elites no Piauí divergiam sobre alguns pontos que o governo central queria para o restante do Brasil, sobretudo, o grau de autonomia que caberia a cada Província durante a consolidação do Estado.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Entre 1823 a 1826 o futuro Barão da Parnaíba, fora no Piauí, ao lado de seus aliados elitistas, um dos grandes defensores da causa brasílica. Encabeçou ao lado de seu primo, o Padre Marcos de Araújo de Costa a adesão de Oeiras a independência do Brasil, digo Oeiras porque a capital da então Província do Piauí aderira posteriormente a independência do Brasil, uma vez que a vila da Parnaíba já havia manifestado favorável a emancipação do Brasil.

Em 1822, ofício vindo do ministro da Marinha e Ultramar, em respeito ao decreto das cortes gerais extraordinárias e constitucionais da nação, de 27 de setembro de 1821, mandava que fosse executada a Carta de lei nº 124, que ordenava a eleição de uma nova Junta de Governo provisória e que enquanto não chegasse o oficial nomeado para o comando das armas, que exercesse o cargo o oficial de maior patente e antiguidade.

Essa nova Junta formada, deixara de fora o então Brigadeiro Manuel de Sousa Martins. Desse fato nasce a franca adesão de Manuel de Sousa Martins aos ideais de independência, constituindo uma forte aliança, graças a sua popularidade política, influência, fortuna e numerosa família, em geral constituída de abastados fazendeiros, prestigiados por elevadas posições sociais.

No entanto, a construção do Estado Imperial brasileiro dependia sumariamente da participação de todas as províncias, necessitava da adesão “à causa do Brasil”, para que a unidade territorial fosse garantida. Para defender os interesses portugueses, estava no Piauí o major João José da Cunha Fidié, um grande estrategista de guerra, comandante das armas do Piauí, que tinha como uma das suas missões sufocar as ideias de emancipação na província piauiense, ao tempo em que protegeria também as forças e os interesses lusos no Maranhão.

Com o avanço das ideias emancipacionista dentro do Piauí, uma nova Junta de governo provisória derrubara a eleita pelos decretos das Cortes de Lisboa. Como observa Nunes (2007), ao proclamarem D. Pedro imperador, uma nova junta provisória de Governo é instalada; composta de cinco membros: Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, presidente, Manuel Pinheiro de Miranda Osório, secretário, e demais membros, o capitão Inácio Francisco de Araújo Costa, Miguel José Ferreira e tenente Honorato José de Moraes Rego.

Manuel de Sousa Martins já na nova junta de governo provisória, como presidente negociou com as tropas oriundas do Ceará o pagamento pelo auxílio nas lutas pela independência. Que foram de crucial importância da expulsão e deportação de Fidié. Com a adesão do Piauí à independência do Brasil, novos embates acabaram ocorrendo dentro do Império brasileiro. A

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nova ordem política que se apresentara no território trouxe consigo dúvidas sobre como ficariam acomodadas as elites no poder local.

De acordo com Araújo (2015), no Piauí, havia muitas dificuldades a serem transpostas. A primeira delas dizia respeito à definição do comando político da região. Sabendo do empenho e reconhecendo os méritos e o patriotismo de Simplício Dias da Silva, comandante militar da vila da Parnaíba, o Imperador D. Pedro I o nomeia presidente da província do Piauí, porém, alegando motivos de ordem pessoal, Simplício Dias declinou da escolha. Nessa conjuntura, o Imperador nomeia Manuel de Sousa Martins para presidir o governo provisório da província, ficando o mesmo encarregado de manter a paz, ordem e sossego no Piauí.

Para alcançar tal êxito, Manuel de Sousa Martins agira sempre em favor da “causa do Brasil”, ou seja, a favor das ideias centrais do imperador. O futuro Barão da Parnaíba, ao lado de seu primo Padre Marcos de Araújo Costa aderiram ao movimento da independência política do Brasil e davam os primeiros passos para auxiliar na formação do Estado imperial brasileiro. Posteriormente, ainda como presidente provisório, Sousa Martins combatera as ideias da Confederação do Equador, movimento de ideais separatista que eclodiu em Pernambuco em 1824. Nessa conjuntura, o político atuante na sociedade faz dela um ponto crucial para suas ideias.

Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político: (...) se o político se comunica assim como todos os outros setores da atividade humana, em que sentido se exerce a influência ou a pressão? É o político que tem em seu poder o religioso ou o social, ou o inverso? O político não é apenas o último termo de uma série casual de outra natureza? Alguns veem neles apenas o reflexo ou máscara de outras realidades mais determinantes. Mas não existe questão mais essencial, não existe tampouco questão da qual seja menos possível o historiador esquivar-se: quem quer que se dedique a decifrar a complexidade das realidades sociais defronta-se com ela. (REMÓN, 2003. p. 444)

Defrontamo-nos com a complexa relação da sociedade com as ideias políticas, criando cisões e rupturas no Estado. Esses fatores tendem a explicar como as províncias se portaram em relação às decisões arbitrárias do imperador, uma vez que dentro das vilas existiram aqueles que de alguma maneira buscaram contrapor as ideias do monarca, instigando a população a aderir a propósitos contrários aos da Corte e que jurassem outro sistema de governo.

Nessa abordagem, Araújo contribui ainda com a análise da forma como as vilas de Campo Maior e Parnaíba estiveram ligadas ao movimento separatista de 24, observando ainda que as

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mesmas elites que atuaram no processo de emancipação da província, novamente encontram-se agora em outra conjuntura:

Durante a Confederação do Equador, em 1824, as lideranças que haviam tomado parte na luta pela expulsão dos portugueses, agora se encontrava sediciosos, e algumas vilas, como a de Campo Maior, local onde havia sido deflagrada a Batalha do Jenipapo, foi a primeira a não aderir à nova constituição do império, ao adiar por várias vezes a cerimônia de juramento. E por extensão, muitos líderes que arquitetaram a independência assinavam a adesão da Câmara de Parnaíba ao movimento de Pernambuco (ARAÚJO, 2015. p. 39)

Entra em cena nesse momento uma nova forma de participação do Piauí na Confederação do Equador. A contribuição da província na afirmação do Estado Imperial. Com as ações tomadas por Manuel de Sousa Martins em 1824, o então brigadeiro contribuíra para que o Estado imperial não sofresse divisão e que as ideias do monarca fossem obedecidas na Província.

O amor a Pátria, adesão ao Sistema Monárquico Constitucional, obediência e fidelidade ao chefe da Nação têm sido para mim os mais firmes princípios de dirigir as minhas ações. Hoje que suportando o peso da governança em uma crise tão melindrosa, em que tão difícil me é manter e dirigir a máquina política desta província [...] (BRITO, 1922, p. 76).

Assim se dirigiu Sousa Martins ao ministro de negócios do Império, transmitindo através de correspondências sua forma de conduta, para que chegasse aos ouvidos do imperador. Nessas palavras, fica claro a qual modelo político e a quais ideias o futuro Barão da Parnaíba estaria aliado.

Manuel de Sousa Martins, eleito presidente temporário da província piauiense deixa claro que as atribuições e desígnios do imperador fossem atendidos de maneira eficaz. Tomando posse como presidente, Manuel de Sousa Martins dá início à contribuição para a formação e afirmação do Estado Imperial brasileiro.

Passei a dar as Providencias necessárias. Convoquei tropas para fortificar os pontos que são sujeitos à invasão. Fiz publicar os Bandos- documentos nº 12, aplicando a mesma medida da qual sua Majestade Imperial se servira no Decreto de 21 de junho, em que chama os soldados que tiveram suas baixas para servirem com dobrado soldo, até que se restituísse a tranquilidade da Província; e os que foram aparecendo somente se alistaram, para estarem prontos a marchar quando fossem chamados vencendo então seus soldos. (BRITTO, 1922. p. 80)

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Toma providências no intuito de barrar as ideias republicanas dentro do Piauí, ordenando o fechamento de fronteiras e enviando decretos, além de designar alguém da junta defensiva eleita para que a causa do império fosse mantida e preservada, assim procede:

Mandei para a villa de Vallença, contigua a Campo Maior, o Reverendo Marcos de Araujo Costa, de patriotismo reconhecido, e amigo do Imperador, com o Tenente Coronel Ignacio Francisco de Araujo Costa para que fossem tomadas as medidas convenientes para livrar aquella villa da péssima doutrina do Systema ideal, fortificando os pontos necessários cuja comissão executaram com aquelle zelo e actividade que era de esperar. Nomeei para inspector das obras Publicas e munições de guerra o referido Tenente Coronel Ignacio Francisco por se achar neste emprego o Escrivão Interino da Junta da Fazenda que tendo a seu cargo outros empregos, não podia preencher os seus deveres com aquella atividade e energia, que urge a crise em que em que se acha a província. Procedi a um exame geral no armamento, pretextos e munições bellicos. (BRITTO, 1922. p. 80)

Essas foram algumas das ações do presidente da província contra a Confederação do Equador no Piauí, o que, por conseguinte, era a contribuição e a participação do Piauí na afirmação do Estado imperial brasileiro, que receberá sua fundamentação jurídica com a outorga da Carta Constitucional de 1824.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, uma das principais contribuições de Sousa Martins para a formação do Estado imperial brasileiro nos anos 20 do século XIX, fora a arquitetura do Piauí nas lutas da independência em Oeiras e seu combate as ideias da Confederação do Equador. Em 1824, ainda estando à frente do governo provisório da província do Piauí, Manuel de Sousa Martins mostra, através de ofícios, a obediência que tivera às ordens do Imperador.

Nesta conjuntura, Sousa Martins envia ofício ao Ministro do Império, relatando a situação na província, após medidas tomadas para jurar o projeto de constituição. Com essas e outras ações, tais como mandar fechar fronteiras entre Ceara e Piauí, enviar tropas para vilas sediciosas, emitir decretos, o então brigadeiro contribuiu para os primeiros passos da consolidação do Estado imperial brasileiro.

Manuel de Sousa Martins participou de momentos cruciais de revoltas e movimentos separatistas na Província do Piauí. Nesses embates em defesa da ordem e do sossego do Piauí, aumentou o prestígio como político piauiense. Nunes observa que; “Manuel de Sousa Martins foi nomeado Presidente do Piauí no aceso da luta contra Pinto Madeira. Parece que esse movimento ainda mais robusteceu o prestígio que já desfrutava o político piauiense. Excelente

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

para a manutenção da ordem, não se revelou, entretanto, administrador de mérito. Sob esse aspecto, em verdade atravessava o Brasil um período de marasmo, em virtude das contínuas comoções sociais, dos movimentos subversivos, desorganização econômica e conseqüente crise financeira a debilitar a Nação e a impedir qualquer empreendimento de vulto de ordem administrativa (NUNES, 2007. p. 179)

Ainda segundo Nunes, “De 1823 a 1841, experimentou grandes modificações a estrutura judiciária e administrativa do Brasil. Após a proclamação da Independência veio a Constituição de 25 de março de 1824 que estabeleceu a centralização monárquica como base de governo. Tudo emanava da Corte, das secretarias de Estado que teriam de opinar e determinar se deveriam tomar ou não qualquer medida de interesse provincial.

Sousa Martins fizera parte da formação e consolidação do Estado imperial brasileiro na primeira metade do século XIX, contribuindo assim para o entendimento de que a relação entre o governo central e as Províncias foram cruciais para a estruturação do Estado imperial, tendo nos poderes locais, aliados cruciais na constituição desse Estado iniciado com a proclamação da independência do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Johny Santana de. O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823. *Clio*, Recife, n. 33, v. 2, p. 29-48, jul./dez. 2015.

BRANDÃO, Tania. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

\_\_\_\_\_. Antigas lutas, novos cenários: a elite piauiense e a independência. *Clio*, Recife, n. 20, p. 133-140, jan./dez. 2002.

BRITTO, Anísio. *Adesão do Piauí à Confederação do Equador, Documentos do Instituto Ceará*. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAC, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo horizonte: EDUFMG, 1998.

DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850). In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *História de vários feitos e circunstâncias*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001. p. 96-110.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- DOLHNIKOFF, Miriam. História do Brasil Império. São Paulo: Contexto, 2017.
- \_\_\_\_\_. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 116-133, jun./ago. 2003.
- NEVES, Abdias. *O Piauí na confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI/Academia Piauiense de Letras, 1997.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí: Independência do Brasil, especialmente no Piauí. Manifestações republicanas*. Teresina: FUNDAPI, 2007. v. 2.
- RÉMOND, René. Uma História presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: Sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.